

Cultura-TO

Observatório Cultural do Tocantins

Câmara dos Deputados realiza Seminário Nacional sobre Cultura

Publicado em 14 de dezembro de 2016 por Luciano deSouza

A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados organizou nessa terça-feira (13/12) o Seminário Nacional de Cultura, cuja programação incluiu quatro mesas de debates com os seguintes temas: *Dimensão Global: A importância da cultura para o Brasil*; *Dimensão Econômica: A cadeia produtiva da cultura e seu financiamento*; *Dimensão Cidadã: A cultura como instrumento de transformação* e *Dimensão Estética: Uma política para a arte*.

Para a primeira mesa, foram convidados a filósofa e escritora Márcia Tiburi, o professor Albino Rubim, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordenador do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura e ex-secretário de Cultura da Bahia, e o professor Miguel Jost, da PUC-RJ. A mediação foi do deputado federal Chico d'Ángelo (PT-RJ).

Durante sua exposição, a escritora Marcia Tiburi apresentou inúmeras definições de cultura. “A cultura é uma esfera do pensamento, a população se expressa na forma de obras, de eventos. A cultura define o que a gente pensa, a nossa ética e os nossos afetos”, afirmou. “Cultura não significa impor ideias, mas abrir espaço para as ideias”, completou.

Na mesma linha que a escritora, o professor Albino Rubim destacou a importante relação entre cultura e política, na qual, segundo ele, há um “profundo mal-estar” que derivaria da desconexão entre políticos e seus representados.

Rubim apontou que a economia cultural é um dos setores que mais cresce em todo o mundo, com tendência de continuar a se desenvolver e a gerar emprego e renda. Salientou também que, além do aspecto econômico, a cultura tem a ver com construção de identidades e apresenta, inclusive, dimensões cidadã e simbólica. A cultura, nas palavras dele, é fundamental para o respeito às diversidades, em um momento marcado por intolerância.

A apresentação do professor Miguel Jost centrou-se no questionamento de como manter ativa a produção cultural do Brasil diante da crise político-econômica. Para ele, são necessárias a democratização e a descentralização de recursos, além da aposta no desenvolvimento de “territórios adormecidos”. Jost ressalta que, enquanto na década de 1990, o Estado terceirizava o investimento às empresas por meio da Lei Rouanet e as ONGs ditavam o que deveria ser a produção cultural nos espaços periféricos, atualmente, a população das periferias passou a tomar conta e a se expressar.

Na segunda mesa, que tratou da dimensão econômica da cultura, os convidados foram o produtor cultural e ex-secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura Carlos Paiva; o professor da Universidade de Brasília (UnB), José Jorge de Carvalho, e o pesquisador e especialista em economia da cultura Luiz Carlos Prestes Filho. A mediação foi da deputada Érika Kokay (PT-DF).

Paiva defendeu o Procultura, proposta que tramita no Congresso com objetivo de reformar a lei federal de incentivo à cultura, a Rouanet. O novo texto cobrará dos investidores (empresas ou pessoas físicas) a contrapartida de 20% nos investimentos em projetos culturais e um maior aporte de recursos ao Fundo Nacional de Cultura, do qual Ministério da Cultura pode destinar recursos diretos a projetos de seu interesse.

O professor José Jorge de Carvalho, responsável pela adoção de cotas na UnB, afirmou que o investimento em culturas populares não representa mais de 2% do orçamento do Ministério da Cultura, que está em torno de R\$ 1,3 bilhão. Ele apoia ampliar o número de universidades em que implantou o projeto Encontro de Saberes, em que mestres e mestras da cultura popular dão aulas a estudantes das áreas artísticas.

Dentro do instituto do qual faz parte, Carvalho e equipe buscam mapear ações afirmativas pelo Brasil afora e a distribuição de onde estão os mestres da cultura popular no país. Esse material poderá vir a dialogar com uma iniciativa do Ministério da Cultura de criar uma metodologia nacional (própria) para mapear a cultura no Brasil.

No período da tarde, as dimensões cidadã e estética da cultura foram debatidas pelo historiador e escritor Célio Turino; o ator e ex-secretário da Identidade e Diversidade Cultural do MinC, Sérgio Mamberti; o coordenador do Ponto de Cultura ‘Quilombo do Sopapo’, Leandro Anton; a gestora cultural Kaka Portilho; o presidente da Fundação Cultural Palmares, Erivaldo Oliveira; o curador e historiador da arte Gaudêncio Fidelis; o ex-presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte) Francisco Bosco e o artista visual Jeferson Andrade. A mediação foi dos deputados Maria do Rosário (PT-RS) e Jean Wyllys (PSOL-RJ), respectivamente.

Também presente ao seminário, o presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, Chico D’Angelo (PT-RJ), destacou que 2016 foi um ano de dificuldades para o setor cultural. Ele também ressaltou que as acusações sofridas pela Lei Rouanet “são fruto de preconceito e desconhecimento” e que é necessário corrigir as distorções da lei, mas sem abandonar o mecanismo de financiamento da cultura.

“A Lei Rouanet cumpre um papel fundamental no financiamento. De 1993 para cá, todos os filmes nacionais, praticamente, tiveram como financiamento a lei do audiovisual. Neste ano de 2016, fruto dessa política de criminalização da Lei Rouanet, a captação via incentivos fiscais despencou 53%”, disse.

Esta entrada foi publicada em [Sem categoria](#). Adicione o [link permanente](#) aos seus favoritos.

Cultura-TO

Orgulhosamente criado com WordPress.